



REPRESENTAÇÃO PERMANENTE
DE PORTUGAL
JUNTO DA UNIÃO EUROPEIA
BRUXELAS

Bruxelas, 26 de julho de 2019

0930

Senhor Secretário-Geral

Nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 33º da Diretiva 2014/41/UE, de 3 de abril, relativa à Decisão Europeia de Investigação em matéria penal (DEI), tenho a honra de informar V.Exa. que Portugal declara que são competentes para a emissão de uma Decisão Europeia de Investigação (DEI), o Ministério Público, o Juiz de Instrução e o Juiz, tal como previsto no artigo 12º da Lei nº88/2017, de 21 de agosto. A DEI também pode ser emitida pelo membro nacional da EUROJUST, de acordo com as suas competências judiciais, nos termos e nas circunstâncias previstas nos nºs 3 e 4 do artigo 8º da Lei nº 36/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei nº 20/2014, de 15 de abril.

São competentes para a execução de uma DEI o Ministério Público, o Juiz de Instrução e o Juiz, tal como previsto no artigo 18º da Lei nº 88/2017, de 21 de agosto.

.../...

Exmo. Senhor
MARTIN SELMAYR
Secretário-Geral da Comissão Europeia
Bruxelas

MSM/fmp

Nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 33º da mesma Diretiva, Portugal declara que a autoridade central é a Procuradoria-Geral da República, tal como previsto no artigo 10º da Lei nº88/2017, de 21 de Agosto.

Queira aceitar, Senhor Secretário-Geral, os protestos da minha alta consideração.



O Representante Permanente